

(RE)APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS LEGADOS COLONIAIS: DEAMBULAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Emma Pires

Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-U.Évora (Portugal) e PPGAS/UnB (Brasil).

Este dossier reúne textos escritos a partir de contextos empíricos situados na Ásia, África, Europa e América. Com estas páginas, os/as autores/as associam-se à abundante discussão em torno dos legados coloniais e suas reapropriações contemporâneas. A ideia motriz é discutir, criticamente, a construção social dos legados do colonialismo e dos seus fragmentos. Partindo de diferentes campos disciplinares, explora-se como diferentes categorias de pessoas lembram, esquecem, reciclam, vendem, expõem, arquivam, e/ou destroem, estes fragmentos do passado. Todos os artigos resultam de pesquisas teórico-empíricas densas e amplas, e parecem evidenciar a presença de reconfigurações sociais de ruínas imperiais (Stoler 2009) e de imbricados processos de digestão patrimonial (Monjaret & Roustan 2015).

No artigo “Retornar ao fim do Império: fazer memória de um passado ilegítimo”, Elsa Peralta revisita a experiência de curadoria da exposição *Retornar: Traços de Memória*, realizada em Lisboa em 2015-2016, por ocasião dos 40 anos da ponte aérea entre África e Portugal, na sequência do processo de descolonização dos territórios africanos. Seguimos as palavras dedilhadas de Elsa Peralta no delinear do projecto museográfico e do quadro conceitual de referência pela equipa coordenada pela autora, para abrir uma caixa de pandora nos estudos decoloniais em Portugal. A micro-escala dos fragmentos do passado colonial são presentificados na narrativa do contexto expositivo escolhido. Em articulação com os quatro núcleos expositivos, uma instalação urbana de contentores empilhados junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Belém (Lisboa) é réplica metonímica dos difíceis acomodamentos da memória deste regresso forçado de quase um milhão de cidadãos a Portugal, na década de 1970. O sentido desta exposição é, como nos diz Peralta, o de “estilhaçar o sentido representacional cristalizado” de prolapsos da memória colectiva em Portugal e desvendando traços de memória d’“a experiência humana e histórica do ‘retorno’” (Peralta, neste número).

Exercendo o direito à palavra nas intersubjectividades cruzadas de quem viveu a diemensão experiencial do retorno, e exercendo ainda o direito ao lugar, o posicionamento desta exposição num dos principais espaços da memória do império, inscreve-o, de um modo profundamente decolonial, enquanto “acto de fazer memória” no espaço público contemporâneo. A recepção da exposição junto dos públicos que a visitaram foi indicativo de como o acto de rememorar é mobilizador de afectos, sejam eles dissonantes e conflituais, ou agregadores e relacionais, sobre o colonialismo e os seus despojos, inscritos nas vidas humanas.

É também sobre processos de inscrição do passado colonial na condição humana de subiectividades contemporâneas que trata o texto seguinte. O artigo “Donas da Cidade: navegando arquivo de factos e fantasia na memória das Donas de Quelimane”, de Carmeliza Rosário, faz uma fina etnografia de arquivo das Donas de Quelimane, mulheres detentoras de terra no Vale do Zambeze (Moçambique), em diálogo com uma densa análise etnográfica de recolha de histórias de família, com vista a mapear os modos como são hoje lembradas pelos seus descendentes e pela sociedade moçambicana. Inseridas numa categorização de mestiças, as Donas ocupam uma posição ambivalente que nos fazem pensar no seu (não)lugar de sujeitos históricos com autoridade (poder legitimado) pelos aparatus coevos do estado colonial de Portugal. O texto de Rosário complexifica o nosso olhar porque nos intromete o olhar na invisibilidade do que os arquivos deixam por ver. Entre factos e fantasia, as categorias coloniais e nativas das Donas são deambulantemente trabalhadas pela autora. Este artigo mostra-nos como a combinação de metodologias qualitativas permite desvelar uma tecitura complexa de relações coloniais em tempos pretéritos e contemporâneos. No Vale da Zambézia do século XVIII, ou na Quelimane de 2014, os legados das categorias coloniais e dos terrenos de prazos são janelas analíticas para uma compreensão mais habilitada dos processos sociais em jogo no xadrez identitário que os grupos jogam entre o passado e o presente.

A académica Raan Han Tan e o seu artigo “O Kerencong Tugu na Pele de Portugueses e de Betawis” conduz-nos até à Indonésia contemporânea, locus de residência dos habitantes do Kampung Tugu, localizado na região da capital do país, Jakarta. O espaço residencial deste grupo é um dos locais promovidos pela pro-

paganda turística contemporânea, onde se oferece aos turistas performances musicais de Keroncong Tugu. Esta prática musical e o seus múltiplos contextos performativos, são o foco da análise da autora, que diseca os processos de reconfiguração dos legados do passado colonial, não apenas na música mas também noutras dimensões da identidade. Os Orang Tugu são um grupo híbrido, que traçam a sua ascendência por referência ao tempo da presença colonial europeia, e portuguesa em particular, naquela região da Ásia. São igualmente um grupo que decorre de processos de miscigenação com outras populações da Batávia (designação da cidade durante o período colonial holandês). Entre os Orang Tugu, as performances musicais de Keroncong Tugu acompanham a representação visual dos seus antepassados, os *Mardijkers*, que é feita pelas agências de turismo indonésias como imagem de marketing para eventos vários, reciclando assim o passado para mercantilização no presente. Ambos, as performances musicais e os ícones dos antepassados, são indicadores de como o passado colonial é reapropriado no presente através de processos de objectificação do passado, reconfiguração identitária, mercantilização e folclorização.

É igualmente sobre objectificações que se debruça, Sara Albuquerque no seu artigo “Entre os Índios da Guiana: Objectos, Trocas e Histórias Entrelaçadas no Tempo de Everard Im Thurn (1852-1932)”. Albuquerque persegue itinerários de objectos colectados durante o século XIX na Guiana Britânica, pelo cientista, fotógrafo e administrador colonial Everard Im Thurn. Albuquerque explora dimensões alternativas das biografias daqueles objectos. Um destes objectos é o *queyu*, peça de indumentária usada por mulheres. Albuquerque elicia dimensões prévias e póstumas à entrada destes objectos enquanto integrantes de colecções de museus (deste a temporalidade da Inglaterra vitoriana até à actualidade). Com base em trabalho de campo empírico e numa detalhada investigação histórica sobre cultura material, Albuquerque sugere ainda que as biografias de alguns destes objectos problematizam a existência de “encontros culturais” (Cultural encounters) entre populações indígenas da Guiana e os europeus que com eles contactavam. A cultura material estudada por esta autora, mostra-nos também como aqueles objectos são também dispositivos para uma observação das adaptações locais aos mundos coloniais em que as populações viviam.

O artigo de Ana Abreu, “O Toque dos Sinos em Minas Gerais: materialidade e práticas sociais”, explora como a polifonia dos sinos é expressão metonímica de apropriações coloniais e hoje, em tempo decolonial, de construções nacionais de processos de patrimonialização do passado. O toque dos sinos que a autora descreve e analisa com pormenor, remete-nos para repertórios culturais alternativos: por um lado, temos uma paisagem sonora (*soundscape*) evocativa do processo de colonização e evangelização do Brasil, por via do catolicismo e dos seus marcadores de distinção no espaço público, de diferenciação social entre governantes e súbditos, padres e fiés, homens e mulheres, senhores e escravos. Ao mesmo tempo, neste mundo social do passado, o texto de Abreu conduz-nos por uma micro-escala da (i)materialidade dos sinos e da sua vida social (Appadurai 1986) enquanto objectos de fabrico especializado e de consumo diferenciado. Por fim, a segunda vida do toque dos sinos na actualidade, como bens patrimoniais, é vector analítico para discutir como os legados coloniais são também poderosos recursos para discutir as práticas sociais no Brasil contemporâneo. Em particular, em contextos de instituições com poder para implementar políticas patrimoniais, a polifonia dos sinos é, aqui, metaforicamente um recurso na (di)gestão do passado face à contemporaneidade do presente.

É também sobre patrimonializações e usos políticos do passado que versa o artigo “Em busca de associações perdidas? Notas sobre híbridos, simetria e romantismo nas políticas de salvaguarda de bens culturais imateriais no Brasil” de Kelly Silva e Victor Freire. Ancorando a sua análise na teoria do actor-rede (de Bruno Latour), os autores analisam etnograficamente narrativas patrimoniais presentes em três dos bens culturais inscritos nos livros do IPHAN: um saber (o registo do modo tradicional de fazer o ‘Queijo de Minas’), um lugar (a ‘Feira de Caruaru’) e uma celebração (a ‘Festa do Divino Espírito Santo’ de Pirenópolis). Transversal às narrativas dos registos destes objectos de salvaguarda, Silva e Freire demonstram como o romantismo actua “como um significante flutuante” nas políticas patrimoniais do Brasil (Silva e Freire, neste número). Os autores enunciam que “o objeto de registo e salvaguarda são associações heterogêneas entre agentes humanos e não-humanos” (Silva e Freire, neste número). Segundo argumentam, “O legado colonial é renomeado como tradição e assim é denominado por ser ainda actuante na configuração dos bens reconhecidos. É somente nesta qualidade e como fato subvertido, antropofagizado por brasileiros que o passado colonial é retomado e salvaguardado” (Silva e Freire, neste número).

O burocrático caminho de salvaguarda de bens patrimoniais, e as suas mediações e agências dissecadas por Silva e Freire (neste número), poderiam ser o ponto de partida conceitual para discutir processos de digestão patrimonial (Monjaret & Roustan 2015) em Portugal, tomando como enfoque empírico o texto de

José Pedro Sousa Dias.

Partindo de um trabalho de investigação-acção em curso em Portugal, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC), José Pedro Sousa Dias discute o “Oue fazer com o património e as colecções científicas coloniais depois do fim do império?”. A discussão decorre do acolhimento institucional que aquele museu (que é tutelado pela Universidade de Lisboa) deu às colecções científicas coloniais após 2015, ano da extinção do Instituto de Investigação Científica e Tropical, que as tutelava anteriormente. Uma das dimensões mais visíveis deste processo de digestão patrimonial (Monjaret & Roustan 2015) das colecções coloniais está visível no processo de valorização museológica em curso no Jardim Botânico Tropical, um dos recursos que foi transferido para a tutela da Universidade de Lisboa. Este monumentalizado Jardim – criado em 1906, inserido na Exposição do Mundo Portugues em 1940 e considerado monumento nacional desde 2007 – localizado na turística região de Belém, é locus de um projecto expositivo que visa dar uma segunda vida a estes patrimónios/legados do passado. O artigo de Sousa Dias apresenta e discute como o MUHNAC da Universidade de Lisboa se propõe ao ancorar o projecto numa programação de actividades científicas, culturais e de lazer que revitalizarão, assim se espera, a vida social do espaço. Nas palavras do autor, a proposta museográfica é fazer daquele Jardim um espaço dedicado ao papel do “conhecimento na interface da história da Europa, com a história da África, da Ásia e da América” (Sousa Dias, neste número). Num contexto, argumenta o autor, em que a prática da ciência, que nunca é necessariamente neutra, permita aos cidadãos uma compreensão pública dos usos (pretéritos e presentes) daquele lugar e do que significa para diferentes categorias de pessoas.

Quase a finalizar o nosso dossier, encontramos uma abordagem microssociológica à relação entre biografias de objectos (Semedo et al., 2017) que transitam entre espaços e tempos, coloniais e decoloniais, e são contemporaneamente reapropriados em suportes digitais. O artigo “Espelhos que congelam a imagem”, de Eduardo Esperança, dialoga com Umberto Eco (2016) na produção de significados sobre os usos sociais da fotografia colonial e a sua reapropriação contemporânea em ambientes virtuais de social media redes sociais. Esperança explora o quotidiano biográfico e fotográfico de Francisco Júnior, um fotógrafo e empresário local na cidade angolana de Lobito, que foi colonizada por Portugal até 1974. Esperança discute ainda as imbricadas dinâmicas de preservação destas imagens em arquivos pessoais e familiares de pessoas que foram fotografadas por ele. O autor especula como estes fragmentos em circulação nas redes sociais nos mostram caminhos possíveis para compreender a contemporaneidade destes fragmentos do passado e os seus usos múltiplos, ontem e hoje. A finalizar o dossier, apresenta-se uma resenha da obra Irmandades Negras, reconhecimento e cidadania (Nogueira 2016).

A fechar esta deambulação introdutória, uma nota final para sublinhar que todos os textos deste dossier nos relembram que, não obstante a viscosidade das culturas do colonialismo (Thomas 1991), é perene a criatividade da espécie humana para reciclar o passado e os seus legados.

Referências:

APPADURAI, Arjun (Ed.) *The Social Life of Things : Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 1986.

FARRÉ, Albert. Ruinas y legitimidad en Massinga. Formas de pensar el pasado entre ancianos empobrecidos del sur de Mozambique. *Revista de Antropología Social*, 25, nov. 2016. Disponible en: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/53977>>. Fecha de acceso: 02 octubre. 2017.

MONJARET, Anne & ROUSTAN, Mélanie. Digestion patrimoniale. *Civilisations* [En ligne], 61-1 | 2012, mis en ligne le 30 décembre 2015, consulté le 03 février 2017. URL : <http://journals.openedition.org/civilisations/3123> ; DOI : 10.4000/civilisations.3123

SEMEDO, Alice; FONTAL, Olaia & IBANEZ, Alex. Objetos e museus: biografias, narrativas e vínculos identitários, *MIDAS* [En ligne], 8 | 2017, mis en ligne le 31 juillet 2017, consulté le 08 décembre 2017. URL : <http://journals.openedition.org/midas/1169> ; DOI : 10.4000/midas.1169

SILVA, Renata. *Irmandades Negras, reconhecimento e cidadania*. Curitiba: Ed. Appris, 2016.

STOLER, Ann Laura. *Imperial Debris: Reflections on Ruins and Ruination*. Special Issue: Imperial Debris, *Cultural Anthropology*, vol 23, n° 2, May 2008, pp. 191-219, 2008.

THOMAS, Nicholas. *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government*, London: Polity Press. 1994.